

VÍNCULOS ABSTRATOS: A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO CAPITALISTA

Abstract bonds: the building of a capitalist imaginary*

Edilson Cazeloto

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, titulado em 2008. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero em São Paulo, Brasil.

edcazeloto@yahoo.com.br

* Este artigo baseia-se em trabalho homônimo, apresentado no XX encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de 2011. Esta versão inclui sugestões apresentadas durante o debate ocorrido na apresentação, com a colaboração de diversos colegas do Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, a quem deixo meu agradecimento.

RESUMO

Este artigo dedica-se a uma análise crítica dos vínculos sociais, tendo como pano de fundo o desenvolvimento da noção de “modo de vinculação”. O “modo de vinculação” busca dar conta da variedade de formas históricas e socialmente determinadas com que os vínculos entre seres humanos são construídos em sua dimensão material, mas também como expressão de um Imaginário. A hipótese trabalhada aponta para a compreensão de um processo histórico de “abstração dos vínculos”, o qual repercute no desenvolvimento do modo de produção capitalista e colabora, no âmbito da cultura cotidiana, com a universalização de valores mercantis. Nesse sentido, as chamadas “redes sociais” no âmbito da internet podem ser consideradas um “modo de vinculação” contemporâneo, plenamente incorporadas nas estratégias de um capitalismo “informacional”. O quadro teórico referencial baseia-se em autores como Cornelius Castoriadis, Benedict Anderson e Brian Wiston.

Palavras-Chave: Comunicação; Cibercultura; Imaginário; Vínculos.

ABSTRACT

This article is devoted to a critical analysis of social ties, with the background of the development of the “binding mode” notion. The “binding mode” tries to explain the variety of historical socially determined forms that the bonds between humans are built in its material dimension, but also as an expression of an Imaginary. The hypothesis crafted points to the understanding of a historical process of “abstraction” which affects the development of the capitalist mode of production and cooperates with the universalization of market values in everyday culture. In this sense, the so-called “Internet’s social networks” can be seen as a contemporary “binding mode”, fully incorporated in the strategies of “informational” capitalism. The theoretical benchmark is based on authors like Cornelius Castoriadis, Benedict Anderson and Brian Winston.

Key words: Communications; Cyberculture; Imaginary; Ties.

RESUMEN

Este artículo está dedicado a un análisis crítico de las relaciones sociales, con el trasfondo del desarrollo del “modo de unión” idea. El “modo de unión” intenta explicar la variedad de formas históricas determinadas por la sociedad que los vínculos entre los seres humanos se construyen en su dimensión material, sino también como expresión de un imaginario. La hipótesis elaborada apunta a la comprensión de un proceso histórico de “abstracción”,

que afecta el desarrollo del modo de producción capitalista y coopera con la universalización de los valores de mercado en la cultura cotidiana. En este sentido, las llamadas “redes sociales de Internet”, pueden ser visto como un “modo de unión” contemporáneo, incorporado plenamente en las estrategias del capitalismo “informativo”. El punto de referencia teórico se basa en autores como Cornelius Castoriadis, Benedict Anderson y Brian Winston.

Palabras clave: Comunicacion; cibercultura; imaginários; lazos

Recibido: 5 noviembre 2012

Aprobado: 18 julio de 2013

I. Vínculos imaginados

Há uma ambiguidade na forma como o senso comum trata a questão dos vínculos produzidos pelas tecnologias digitais de comunicação, em geral, e pela internet, em particular. De um lado, tem-se a opinião de que a telemática tem uma vocação natural para a produção de laços sociais. Desde seu surgimento, como uma rede de comunicação ligando várias universidades norte-americanas, até os dias atuais, marcados pelo fenômeno das redes sociais (como o Orkut, o Twitter, o Facebook), percebe-se a conexão de computadores como uma forma de vinculação entre seres humanos. Ecoa, em várias instâncias, o mantra tecnoutópico que afirma (com variações sobre o mesmo tema): “a internet não é uma rede de computadores, é uma rede de pessoas ligadas por computadores”. No meio acadêmico, essa concepção parece gozar de imenso prestígio e, pelo menos desde Rheingold (1996), o intercâmbio multimidiático de mensagens é pensado como uma forma de produzir “comunidades”.

Do outro lado da balança, as críticas que a concepção de “comunidade virtual” (e sua variante contemporânea, a “rede social”) tem recebido costumam basear-se em um essencialismo pouco justificável, o qual afirma que os vínculos produzidos pela rede não devem ser confundidos com a “verdadeira comunidade”. Os laços sociais que emergem dos computadores são julgados como fracos, artificiais, ilusórios.

Sá (2001) captou bem essa “polêmica” ao afirmar:

“Tal como em outros debates que envolvem a Internet, contrapõe-se a esta posição pró-comunidades virtuais uma perspectiva que se utiliza do mesmo discurso, em vetor oposto e simétrico – agora de teor quase apocalíptico – para recusar-se a reconhecer nestes agrupamentos efêmeros, caóticos e fractais o verdadeiro significado de comunidade, que só poderia ocorrer na vida real.

Segundo esta perspectiva, portanto, a Internet estaria afastando as pessoas do sentido da vida comunal, uma vez que um abraço virtual jamais pode ser pensado como substituto para as genuínas formas de relação emocional onde o olhar nos olhos seria fundamental.”

Discutir a questão das formas de sociabilidade produzidas e mantidas por conexões telemáticas parece uma posição pouco frutífera quando abordada de forma essencialista, uma vez que, chamemos da forma que quisermos, é inegável a constituição de alguma forma de vínculo que emerge a partir da difusão de equipamentos informáticos em rede. Os “amigos” do Orkut ou os “seguidores” do Twitter expressam algo que não existiria fora das malhas do ciberespaço, mas isso não quer dizer que não sejam “reais”. A questão não é saber se esses vínculos

são “verdadeiros” ou “falsos”, mas buscar uma interpretação de sua natureza e, principalmente, de suas condições de possibilidade. Ao invés de uma crítica judiciosa, quase moralista, que apela para a recusa do reconhecimento deste fenômeno (exilando-o para o reino da fantasia e do autoengano), é possível propor uma interpretação crítica que revele as linhas de força que sustentam essa forma de sociabilidade no contexto da experiência cotidiana de milhões de usuários.

Para isso, parece ser viável emoldurar o fenômeno dos vínculos telemáticos em um panorama mais amplo, partindo de um ponto de vista que ligue as formas de sociabilidade e o campo da comunicação. A questão, então, é: de que forma a comunicação mediada por computadores é capaz de produzir e sustentar vínculos?

A primeira ideia que quero defender é a de que toda forma de vínculo é fortemente influenciada pelo Imaginário². Não quero afirmar com isso que os vínculos “não existam” (o que seria outra espécie de essencialismo radical), e sim que eles dependem de uma grade de significados compartilhados por um grupo. Esses significados não são nem “naturais”³, nem puramente racionais. Se a vinculação é sempre, em alguma medida, imaginada, isso implica que ela não é nem necessária, nem absolutamente contingente, mas deriva de toda uma percepção do real que é “socialmente construída”, para lembrar a terminologia de Berger e Luckmann (2003).

Essa concepção do vínculo, na verdade, radicaliza as conclusões de Benedict Anderson (2008) acerca do caráter “imaginado” do conceito de Nação. Assim como demonstra Anderson, a “Nação” não pode ser compreendida como uma entidade “objetiva”, determinada por parâmetros geográficos, históricos ou linguísticos. Ela existe através de procedimentos discursivos capazes de tecer redes de solidariedade e pertença e construir uma legitimidade baseada em “mitos fundacionais” compartilhados. Apesar desse caráter eminentemente discursivo, os efeitos produzidos pela ideia de nação são suficientemente concretos. Ainda que a Nação seja uma construção social baseada na circulação de discursos (ou signos), pessoas reais morrem e matam todos os dias em nome desse vínculo imaginado.

O que propomos é compreender o forte componente imaginário que permeia *toda* forma de vínculo, não apenas aquele que constitui uma Nação. O próprio Anderson (2008, p. 33) intui essa hipótese (embora não seja seu objetivo desenvolvê-la) e afirma: “Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e, talvez, até mesmo ela) é imaginada. As

comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo com que são imaginadas”.

A percepção subjetiva de um “nós” (em contraposição a “eles”, os “outros”), embora possa ter uma base objetiva, não se realiza a não ser pelo imaginário, através de investimentos discursivos. Argumento que não há um “nós” ou “eles/outros” que possa ser apreendido da percepção ou da razão, mas que essas categorias são fundamentalmente produzidas por conteúdos imaginários e expressas na forma de signos organizados (discursos) que circulam nas sociedades. Geografia, etnia, gênero, nacionalidade e outras tantas formas de cindir o mundo em grupos podem ter uma base “objetiva”, mas o “nós” socialmente instituído só se efetiva pelo Imaginário.

Para exemplificar, seria interessante darmos alguns exemplos empíricos. Tomemos a questão da vizinhança: a proximidade física das residências é condição necessária para o surgimento de um tipo de vínculo entre pessoas que vivem em uma localidade delimitada, mas, certamente, não é suficiente para gerar a percepção subjetiva de uma “vizinhança”. Condôminos em prédios de apartamento, embora vivam sua vida doméstica em espaços muito restritos, tomem decisões em conjunto e usem equipamentos coletivos, podem experimentar uma grande sensação de isolamento, como se não houvesse efetivamente “ninguém por perto”. Em contrapartida, não é possível sentir-se “vizinho” de um amigo que more em outra cidade, por mais forte que seja a amizade. A proximidade física é causa necessária, mas não suficiente, para a constituição desse tipo específico de vínculo. O espaço é, então, a base “natural” e “racional” para a “vizinhança”, mas, sozinha, a proximidade não é capaz de produzir essa forma de vinculação.

Da mesma forma, a noção de “família” que, para muitos, parece ser um laço “natural” e “objetivo”⁴ parece-nos também fundada na partilha de vínculos imaginados. Os estudos antropológicos sobre as estruturas de parentesco demonstram claramente que sobre a base objetiva de fatos biológicos – como a reprodução – o homem foi capaz de erigir um monumento de diversidade e complexidade. Aquilo que se entende por “família” é uma construção histórica, ou melhor, uma construção do Imaginário a partir de elementos históricos e concretos. Dos “agregados” (primos, tios, cunhados etc.) que coabitam, passando pela adoção de filhos até os casamentos entre homossexuais e as “barrigas de aluguel” nas sociedades contemporâneas, a flexibilidade dos vínculos familiares testemunha o componente Imaginário de sua constituição.

O vínculo depende de condições “naturais e históricas”, mas as ultrapassa, devido a seu componente imaginário. Por isso, uma “comunidade virtual” não pode ser compreendida em termos de “menos” ou “mais” real do que uma família, ou um conjunto de vizinhos. A copresença física é a base para a construção de certos tipos de vínculo, mas nada impede que outros modos de vinculação sejam construídos (de outra forma) na ausência e na distância. Não parece viável nem mesmo uma concepção que associe mecanicamente os vínculos estabelecidos através das redes de comunicação telemáticas aos “laços fracos”, tal como concebem certas leituras superficiais do conceito de Granovetter (1973; 1983). A intensidade do vínculo não pode ser estabelecida *apenas* a partir de suas determinações concretas (como a presença ou a ausência do corpo): ela depende, fundamentalmente, dos investimentos simbólicos e afetivos que recebe e esses são, prioritariamente, imaginados. Por isso, na interpretação crítica dos vínculos mediados por computador, não se trata nunca de denunciar a natureza ilusória de uma comunidade qualquer, mas de buscar compreender *as determinações e as condições de produção do Imaginário que sustentam os vínculos em questão*.

II. Imaginário e “Sociedade”

É preciso, portanto, partir de uma concepção tão clara quanto possível sobre o que é o Imaginário. Vou defini-lo preliminarmente com base na obra fundamental de Cornelius Castoriadis⁵, *A instituição imaginária da sociedade* (1982), como um *conjunto hierárquico pré-simbólico de valores socialmente construídos que informa os modos de perceber e representar o real, constituindo as condições do agir concreto*⁶.

Portanto, dizer que o Imaginário está na raiz de toda forma de vínculo é apenas uma parte do problema. A relação entre Imaginário e vinculação é mais complexa que isso, uma vez que também é possível afirmar, simetricamente, que o *vínculo está na raiz de todo Imaginário*, uma vez que ele é (e não pode ser de outro modo) construído socialmente. Esse é um ponto-chave para a compreensão que proponho das ideias de Castoriadis: o Imaginário é socialmente construído, mas ele sempre “já está aí”: *ele é causa e consequência dos vínculos sociais*. Cada sociedade constitui o seu sistema hierarquizado de representações e de símbolos⁷, mas o faz a partir de conteúdos historicamente herdados e transmitidos no interior de grupos sociais anteriores. Um Imaginário específico é sempre um “momento” no complexo movimento de reprodução/transformação da sociedade (Castoriadis, 1982, p. 152). Dessa forma, o vínculo precede o Imaginário, assim

como o sucede e esse encadeamento aponta para a necessidade de compreender as formas imaginadas da sociabilidade *no devir histórico*.

Nessa concepção, do ponto de vista da constituição de imaginários, nenhum grupo social pode ser isolado dos demais, nem colocado em uma posição hierarquicamente superior. Na verdade, os grupos se definem em relação mútua, cada um intervindo sobre os demais. A nação, por exemplo, tem elementos que irão constituir e favorecer configurações específicas de outros grupos, como a família. Por sua vez, o Imaginário em torno da família reverbera na constituição da Nação⁸.

Dessa forma, o “sentido comum” que constitui o Imaginário só pode ser construído na experiência cotidiana com a mediação da “sociedade”, se a concebermos no sentido desse imbricamento de grupamentos imaginados. Nação, família, classe social, vizinhança, etnia etc. são elementos que, articulados, produzem a partilha de sentidos que está na base do Imaginário, ao mesmo tempo que, para existirem, dependem de investimentos simbólicos anteriores. Resumindo: os grupamentos sociais que se sobrepõem e se entrecruzam (a “sociedade”) são, ao mesmo tempo, condição e efeito do Imaginário.

O Imaginário é visto em Castoriadis como um “sistema de significações” que “valorizam e desvalorizam, estruturam e hierarquizam” o mundo das coisas e dos homens (Castoriadis, 1982, p. 181). Ele contém uma axiologia e uma deontologia socialmente transmitidas que se expressam a partir de significados compartilhados em um dado momento. Se as comunidades virtuais e as redes sociais mediadas pelo computador existem *nesse momento da cultura*, não é apenas na tecnologia que se pode compreendê-las, mas nos processos históricos que levaram à possibilidade desses significados (e não de outros). Colocando de outra forma, o importante é responder: por que as pessoas podem perceber a conexão informática como uma forma de comunidade? Por que a ausência do corpo, na qual se refugia a crítica essencialista, não é percebida pelos usuários das redes sociais como um entrave à criação de vínculos?

III. A Natureza Semiótica do Imaginário

Outro ponto que decorre da discussão anterior é a natureza semiótica do Imaginário. Essa natureza deve ser argumentada, uma vez que Castoriadis insiste na ideia de que o Imaginário não deve confundir-se com o Simbólico, o que, num

primeiro momento, afastaria uma concepção semiótica. O Imaginário seria pré-simbólico e mesmo a condição do simbolismo:

“A influência decisiva do Imaginário sobre o Simbólico pode ser compreendida a partir da seguinte consideração: o simbolismo supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um ‘representa’ o outro. Mas é somente nas etapas muito desenvolvidas do pensamento racional lúcido que esses três elementos (o significante, o significado e seu vínculo *sui generis*) são mantidos como simultaneamente unidos, e distintos, numa relação ao mesmo tempo firme e flexível” (Castoriadis, 1982, p. 155).

O Imaginário é aquilo que permite esse “vínculo *sui generis*” que é o símbolo. Num primeiro momento⁹, o Imaginário é aquilo que “...confere ao mesmo tempo um sentido global ao universo e ao lugar dos homens neste” (Castoriadis, 1982, p. 158). No conceito operacional que proponho, tento compreender esse nível do Imaginário como uma estrutura/estruturante que contém sentidos elementares (pré-simbólicos) carregados de valor. A semiótica discursiva dispõe, no conceito de “valência”, de uma noção aproximada àquilo que compreendo como a natureza do Imaginário nessa instância. Greimas e Fontanille (1993, p. 26-28) usam expressões como “o valor do valor” ou a “sombra de valor” para expressar essa ideia. As valências articulam-se no sistema de fé e os autores afirmam que “...a fé neste ou naquele valor particular pressupõe sempre na verdade um ‘metacrer’ que nada mais é que a fé generalizada (não específica) de toda crença particular” (Greimas e Fontanille, 1993, p. 28). A “metacrença” possibilita as condições preliminares para que o “real” seja transformado em valor. É preciso uma “metacrença” para permitir que se creia em algo.

Não é minha intenção desenvolver aqui uma interpretação aprofundada de qualquer teoria dos signos e a noção de valência é tomada de empréstimo à semiótica discursiva quase como uma metáfora. O objetivo é apenas explorar o modo como o Imaginário se constitui.

O fato de o Imaginário não se confundir com o simbolismo em nada altera o que chamamos “natureza semiótica”¹⁰. Isso porque os valores são *constituintes* das significações e circulam com essas na sociedade. No conjunto significante/significado, o valor é um “pré-sentido” inerente.

Um exemplo: muitas sociedades desenvolveram uma noção valorativa/hierárquica do “acima”. O valor positivo do “acima” (fé) não é propriamente um símbolo,

mas uma “metacrença”, uma “sombra de valor” que expressa e constitui uma forma específica de ver o mundo. Crenças em diferentes lugares e períodos (como o Cristianismo) constroem o “céu” como morada do divino, baseando-se nessa hierarquia¹¹. Por isso há uma dificuldade elementar quando um Cristão assiste a um culto aos Orixás, nos quais, muitas vezes, as oferendas são enterradas. O “abaixo” é valorado negativamente como “profano”, “diabólico”, “inferior” (a própria dicotomia “inferior”/“superior” expressa essa relação de valor). O fato é que Deus (no singular ou no plural) está onde nós o colocamos e a escolha do “acima” revela uma axiologia. Quando um cristão busca seu Deus olhando para cima, constrói suas igrejas apontando para o céu ou retrata o Criador pairando sobre as nuvens, o valor positivo associado é socialmente reiterado. O símbolo (texto escrito, representação pictórica do céu, forma arquitetônica etc.) carrega consigo o valor original como condição de sua inteligibilidade.

A conclusão a que chegamos é que o Imaginário (que não é o Simbólico) constitui-se socialmente a partir da circulação/compartilhamento de símbolos carregados de valor e que esses valores, em si, não são símbolos embora impliquem uma certa noção preliminar de sentido. Daí a “natureza semiótica” no Imaginário.

Dizer que o Imaginário tem uma natureza semiótica implica assumir que ele circula socialmente a partir de processos de comunicação. A “comunicação”, aqui, também deve ser entendida em sentido lato. Gestos, objetos, ritos, instituições, enfim, todo o arcabouço da cultura humana tem uma dimensão semiótica/comunicativa, na medida em que as práticas culturais são capazes de produzir sentido.

A relação entre Imaginário e Comunicação, no entanto, também é uma via de mão-dupla. O Imaginário constitui-se socialmente pela comunicação, mas a comunicação só é possível mediante a presença do Imaginário e cada ato comunicativo refluí sobre o Imaginário reiterando-o ou transformando-o em diversos níveis e de diversas formas.

Por isso, do ponto de vista da comunicação, a natureza semiótica do Imaginário torna-o, ao mesmo tempo, flexível e resistente. Flexível porque cada ato comunicativo tem o potencial de atualizar os valores que o constituem (daí a possibilidade de mudanças culturais). Resistente porque os atos comunicativos não podem existir sem referência ao Imaginário socialmente estabelecido e, portanto, tendem a reproduzi-lo.

IV. A Natureza Coletiva do Imaginário

Silva (2006) sistematizou criticamente uma série de concepções sobre o Imaginário. Lançando mão de uma metáfora, o autor sintetiza:

“O imaginário é um reservatório/motor. Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e aspirar ao estar no mundo. ...Motor, o imaginário é um sonho que realiza a realidade, uma força que impulsiona indivíduos e grupos. Funciona como catalisador, estimulador e estruturador dos limites da prática” (Silva, 2006, p. 11-12).

Além da referência ao “reservatório/motor”, a síntese apresentada ressalta outro aspecto de grande pertinência para os objetivos deste trabalho: a natureza “individual/grupal” do Imaginário. Como apontei anteriormente, o *locus* de produção de sentidos é o imbricamento de grupos sociais que constituem a experiência cotidiana (o que denominamos “sociedade”). Assim, os sentidos (e, portanto, os valores hierarquizados) do Imaginário não são nunca produzidos *ex nihilo* por obra da criatividade individual, mas sempre a partir da reelaboração de conteúdos precedentes, disponíveis no “reservatório” de uma dada cultura. Mas a ideia de um “reservatório” único parece imprecisa. Por ser resultado de um processo que se dá a partir dos grupos sociais, seria mais interessante pensar o Imaginário como um grande sistema de “reservatórios” interligados: cada grupo interpreta os valores imaginados a partir de sua experiência coletiva, de suas normas e de seus “mitos” e ao fazê-lo, colabora para a transformação dos sentidos que são comuns a todos os outros grupos.

Atualizado subjetivamente, o Imaginário é uma construção coletiva, o que implica dizer: uma construção da “sociedade”. Porém se pensamos a sociedade da maneira como apontei anteriormente (como síntese dinâmica de grupamentos imaginados experienciados), é necessário concluir que, na atualização subjetiva, comparecem elementos imaginários de diversas “fontes”. Essas “fontes” são todos os grupamentos imaginados imbricados na noção de “sociedade”, cada um produzindo e atualizando seus valores em função de todos os demais e, por isso, só podem ser distinguidos analiticamente, mas não no nível da experiência concreta.

Os grupamentos são ligados por redes comunicacionais as mais variadas, sejam essas tecnicamente mediadas ou não e, a partir da circulação e do compartilhamento de signos, promovem o retorno dos valores aos imaginários coletivos (como

reprodução ou transformação). Cada grupamento, em tensão com todos os demais, produz sentidos (redundantes, ambíguos, concordantes, dissonantes) a partir do material sógnico a que tem acesso e o Imaginário constitui-se de forma indeterminável e dinâmica a partir dessas tensões. Em outras palavras, há uma relação estreita entre os modos de comunicação e os imaginários coletivos engendrados.

Assim, seria possível supor (sempre analiticamente) dois modos de construção do Imaginário a partir da natureza dos meios de comunicação implicados no processo de troca simbólica.

- **Imaginários Imediatos:** construídos pelas relações comunicacionais interpessoais. Os fluxos sógnicos são produzidos a partir da presença do corpo e da percepção direta do mundo. Os grupos a que esse nível de imaginário correspondem são aqueles em que há alguma forma de coexistência no espaço geográfico. A família e a vizinhança são exemplos de grupamentos implicados.
- **Imaginários Tecnicamente Mediados:** neste nível, os imaginários são sobredeterminados pela imposição de grupos mais abrangentes (no sentido espacial), com seus símbolos e rituais apartados da experiência direta. Os grupos relacionados não têm mais a possibilidade do contato face a face, o que implica a mediação de aparatos comunicacionais.

É importante frisar que, no nível do imaginário individual (subjetivo), essa divisão não é observável, uma vez que os valores hierarquizados são admitidos como parte da experiência concreta, sejam eles tecnicamente mediados ou não. Além disso, há uma intensa sobredeterminação desses dois níveis: a conversa do dia a dia, os encontros pessoais, a comunicação interpessoal, enfim, todas as formas imediatas de trocas discursivas são carregadas de signos oriundos do horizonte midiático. Estrelas de cinema, modismos globalizados, práticas culturais exóticas, tudo isso constitui o repertório das conversas cotidianas, mesclando e sobrepondo imaginários. As “fontes” distantes concretizam-se na experiência imediata.

V. Imaginários Tecnicamente Mediados

O interesse teórico dessa divisão é admitir que os Imaginários Tecnicamente Mediados são construídos com a *interferência ativa* de aparatos comunicacionais¹²,

e não apenas *difundidos* como se a estrutura técnica fosse neutra. Os aparatos comunicacionais devem ser entendidos não apenas como “meios” ou tecnologias, mas como concretização técnica de toda uma rede de relações sociais subjacentes, ou seja, como um modo de “mediação” (Martin-Barbero, 2009). Uma transmissão de televisão, por exemplo, resulta de um equipamento técnico, mas também de um modelo de propriedade, das rotinas de produção de um sem-número de profissionais, do modelo jurídico que rege o setor, dos interesses dos anunciantes, dos institutos de pesquisa de audiência etc. Cada elemento do aparato comunicacional, individualmente ou em bloco, colabora para “modular” o Imaginário que essa transmissão sustenta. Por isso, a natureza dos Imaginários Tecnicamente Mediados tende a “infiltrar” valores e representações exógenos (do ponto de vista de sua “fonte”) nos vínculos que institui.

Mas esse não é o ponto que queremos destacar. O mais importante, para uma compreensão da questão dos vínculos é o efeito geral que os Imaginários Tecnicamente Mediados produzem nos modos de produção do “nós” (a identidade coletiva). A esse “efeito geral” pode-se denominar “abstração”.

Vínculos abstratos são produzidos por Imaginários Tecnicamente Mediados, os quais são formas de se relacionar com um “outro” que não está presente em sua fisicalidade, mas apenas como “espectro” ou imagem e, portanto, como uma alteridade reduzida a traços esquemáticos. Por isso, *a abstração permite uma expansão tendencialmente infinita do “nós”*, com todos os cruzamentos e sobreposições daí decorrentes. É a partir da abstração que um indivíduo pode perceber-se como parte de um “nós” que, por exemplo, inclui (simultaneamente, mas com tensões), todos os paulistas, os brasileiros, os palmeirenses, os fãs de rock, os universitários etc. Esse é o fenômeno que Maffesoli (1987) captou com a expressão “neotribalismo”.

A rigor, desde a disseminação da escrita, passando pelo cinema, pelo rádio e pela TV, é possível pensar na produção de vínculos abstratos produzidos pelo efeito de um Imaginário que não se origina na troca simbólica não mediada. Se é correta a afirmação de que os valores inerentes aos aparatos comunicacionais estão presentes no vínculo que possibilitam, é necessário admitir que cada “tecnologia do Imaginário” imprimirá características particulares ao “nós” que ajuda a construir. A “comunidade imaginada” que surge da circulação de livros é distinta daquela possibilitada pela expansão da TV¹³.

Porém, o processo de abstração parece ser uma constante que atravessa as múltiplas tecnologias¹⁴. Para compreendermos esse fenômeno, recorro ao minucioso trabalho de levantamento crítico da história dos meios de comunicação feito por Brian Winston (1998). Em sua concepção, é ilegítimo tratar do desenvolvimento tecnológico nesse setor a partir da noção de “revolução”. Na verdade, o que se mostra historicamente é um lento processo de acumulação de conhecimentos científicos e criação de protótipos, impulsionado por aquilo que o autor denomina “necessidades sociais supervenientes” (Brian Winston, 1998, p. 6).

Em Winston, os padrões de desenvolvimento tecnológico são determinados pela “esfera social”. São as instituições concretas com seus interesses específicos que induzem o desenvolvimento de certas tecnologias e bloqueiam o potencial transformador de outras, chegando por vezes a eliminá-las totalmente. A tecnologia não se transforma de forma caótica ou desordenada, mas sempre tende a ser mantida dentro de limites para não provocar a ruptura de interesses sociais preexistentes, sejam esses mercantis (das empresas), sejam governamentais (dos Estados).

É essa perspectiva que sustenta a hipótese de que um processo de longo prazo como a abstração dos vínculos deve corresponder a um conjunto de “necessidades sociais supervenientes”. No sistema capitalista, dada a propriedade privada dos meios de comunicação e a íntima relação entre a comunicação e o mercado, essas necessidades confundem-se com a própria reprodução ampliada das relações capitalistas¹⁵. É nessas relações que deve ser construída a compreensão sobre a questão dos vínculos e do Imaginário¹⁶.

VI. Conclusão

Voltamos ao problema inicial das comunidades virtuais e das redes sociais. À crítica essencialista, que nega a própria “realidade” dos vínculos mediados, é possível contrapor uma crítica de viés histórico-social, compreendendo esses fenômenos como associados à manutenção (atualizada) do modo como grupos sociais dominantes impõem e ampliam sua hegemonia,¹⁷ sob os auspícios do processo de reprodução do capital.

Como dissemos anteriormente, há uma relação de reciprocidade entre vínculo e Imaginário. A partilha de sentidos que constitui um imaginário só se dá no âmbito de

uma “sociedade”, ao mesmo tempo que essa “sociedade” só se constitui como tal a partir da presença de um imaginário que circunscreva a possibilidade de um “nós”. A abstração amplia o conjunto de “comunidades imaginadas” (a “sociedade”), sob o preço de subtrair-lhe as determinações das relações não mediadas. Isso implica que a abstração permite que as “necessidades sociais supervenientes” do capital (que são sempre gerais e abstratas, ou seja, independentes dos contextos locais) se tornem os principais elementos constituintes do imaginário tecnicamente mediado e, portanto, elementos estruturantes do próprio vínculo.

Em outras palavras, a abstração permite a existência de um imaginário que não é calcado na experiência direta do mundo, nem determinado pelos constrangimentos impostos pelos grupos sociais locais. A grade de leitura do mundo, que em última instância constrói a própria experiência da realidade, torna-se determinada pelas necessidades globalmente disseminadas de produção e consumo. Os vínculos abstratos (como os que se encontram nas comunidades virtuais e nas redes sociais telemáticas) favorecem o avanço das relações mercantis em áreas da experiência humana que, por muito tempo, permaneceram alheias aos critérios do mercado¹⁸, uma vez que estavam “protegidas” pela tradição e pela cultura local.

Se as tradições locais (baseadas em vínculos não mediados) estabeleciam, com a coerção da “comunidade”, o que se podia e o que não se podia comprar e vender, por exemplo, os vínculos abstratos dissolvem essa força coercitiva e ampliam a sensação de liberdade de consumo. É a própria forma-mercadoria que se universaliza e abre as possibilidades de um consumo “liberado”, ou seja, limitado apenas ao poder aquisitivo. Da mesma forma, a ausência de coerção possibilitada pelos vínculos abstratos dissolve as fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo da vida. Cada momento vivido torna-se permeável a noções como “performance”, “rentabilidade”, “quantidade” etc.

Os vínculos não mediados representavam “entraves” ao pleno estabelecimento do mercado como valor, entraves esses que estão sendo gradualmente removidos pela tendência globalizante dos vínculos abstratos. As comunidades virtuais e as redes sociais representam, pelo que foi argumentado, um momento específico no processo histórico de abstração dos vínculos, processo esse que se dá sob a égide da universalização de um imaginário capitalista.

NOTAS

1. Para registro cronológico, a primeira edição desta obra data de 1993.
2. A noção de “Imaginário” aqui adotada deriva de Castoriadis (1982) e será abordada com maior profundidade adiante.
3. Ou seja, não derivam de uma necessidade intrínseca ou inevitável. A ideia de um “vínculo natural”, associada à família e aos “laços de sangue” será discutida adiante.
4. Veja-se Tönnies (2002).
5. Há outros autores importantes que se dedicaram à construção da categoria do Imaginário, entre os quais se destacam Gilbert Durand e, na mesma linhagem, Michel Maffesoli. A opção por Castoriadis não é nem arbitrária, nem necessária, mas resultado da compatibilidade entre o quadro conceitual apresentado por esse autor e os objetivos deste trabalho.
6. Trata-se, no momento, de um conceito operacional. Embora limitada, essa concepção do Imaginário será suficiente para proporcionar uma aproximação aos temas que pretendo abordar.
7. Essa é uma noção aproximada, uma vez que, para Castoriadis, o Imaginário é pré-simbólico e a condição de possibilidade de todo símbolo. Ele está na raiz da arbitrariedade última que preside o processo de significação.
8. Não por acaso o discurso nacionalista insiste na metáfora da Pátria-Mãe, construindo a Nação pela metáfora dos laços de sangue que, imaginariamente, ligam os cidadãos-filhos.
9. É esse “primeiro momento” que Castoriadis denominará “Imaginário Central”. Os desdobramentos e a articulação deste Imaginário com os símbolos, com a percepção do mundo e com a racionalidade produzirá outras instâncias, que o autor denomina “Imaginário Periférico” (ibidem, p. 158).
10. “Semiótico”, nesse entendimento, implica que estamos lidando com “significados genéricos” mais ou menos desconectados de qualquer vínculo específico com significantes particulares.
11. Mesmo noções seculares reproduzem essa noção. Assim, surgem expressões metafóricas como “subir na vida”, “classes superiores”, “educação de nível superior”.

12. Daí a expressão “tecnologias do Imaginário” empregada por Silva (2006). A rigor, as “tecnologias do Imaginário” não se reduzem aos meios de comunicação, mas pressupõe a presença de processos comunicacionais.
13. É preciso ainda considerar que não o Imaginário é sempre da ordem da hibridização, da mescla. Assim, um Imaginário sempre contém elementos oriundos de outros.
14. A falta de espaço deste trabalho impede o desenvolvimento de um ponto importante, que merece ser ao menos apontado: o movimento de abstração parece seguir um modelo de ampliação das possibilidades de vínculos: da imprensa, que Anderson (2008) aponta como chave para a concepção de Nação, passando pela construção de um Imaginário “internacional” tendo como base principal o cinema e a TV, ao Imaginário ampliado das redes telemáticas.
15. Ver Cazeloto (2008; 2008a; 2007).
16. Aqui nos afastamos da concepção de Maffesoli, para o qual o Imaginário aparece como um princípio antropológico indeterminado e indeterminável que se desenvolve aparentemente “por si”. Se não é possível falar em “determinação”, também não nos parece viável deixar em aberto as relações de força que atuam sobre a constituição dos imaginários, sob pena de uma “naturalização” que implica a recusa à reflexão.
17. Sobre a ideia de hegemonia na cibercultura, ver Cazeloto (2011).
18. Giddens (2002) fala desse processo em outros termos e com outros objetivos a partir da noção de encaixe/desencaixe/reencaixe.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Benedict (2008). *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.
- Berger, Peter L.; Luckmann, Thomas (2003). *A construção social da realidade, 23ª ed. Petrópolis: Vozes*.
- Castoriadis, Cornelius (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cazeloto, Edilson. “Por um conceito de hegemonia na cibercultura”. *Revista Comunicação e Sociedade*. Vol. 32. No. 54. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, jan. 2011. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/CSO/article/view/2053/2315>. Último acesso em: 13 Feb. 2011.
- Cazeloto, Edilson (2008). *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: Senac.
- Cazeloto, Edilson (2008ª). “A monocultura informática”. *Revista Significação*. No. 29. São Paulo: Annablume.
- Cazeloto, Edilson (2007). “A velocidade necessária”. In: FERRARI, Pollyana (Org.). *Hipertexto, hipermídia. As novas ferramentas da comunicação digital*. São Paulo: Contexto.
- Chinoy, Ely (1983). *Sociedade. Uma introdução à sociologia*. São Paulo: Matrix.
- Giddens, Anthony (2002). *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Granovetter, Mark. *The Strength of weak ties: a network theory revisited*. *Sociological Theory*, Volume 1. 1983. p. 201-233. Disponível em Granovetter.pdf. Último acesso em 17/01/2011.
- Granovetter, Mark. *The Strength of Weak Ties*. *The American Journal of Sociology*, Vol. 78, No. 6. 1973. p. 1360-1380.. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=00029602%28197305%2978%3A6%3C1360%3ATSOWT%3E2.0.CO%3B2-E>>. Acesso em: 17 jan. 2011.
- Greimas, Algirdas Julien; Fontanille, Jacques (1993). *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática.

- Maffesoli, Michel (2007). *O ritmo da vida. Variações sobre o imaginário pós-moderno*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.
- Maffesoli, Michel (1987). *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Martin-Barbero, Jesús (2009). *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Sá, Simone Pereira de. *Utopias comunais na rede. Discutindo a noção de comunidade virtual*. Trabalho apresentado ao GT de Comunicação e Sociabilidade. X COMPÓS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação). Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1265.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2011.
- Silva, Juremir Machado da (2006) *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.
- Winston, Brian (1998). *Media, Technology and Society. A history: from the Telegraph to the Internet*. Routledge: London; New York.
- Tönnies, Ferdinand (1887). *Community and Society*. New York: Dover, 2002.